ISSN - 1415-000X
eISSN - 2317-5427 | PPGS - UFPE

Submetido em: 23-10-2023
Aceito em: 05-01-2024
DOI: https://doi.org/10.51359/2317-5427.2023.259534

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFPE

LÉLIA GONZALEZ, CRÍTICA DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Lélia Gonzalez, critic of Brazilian capitalism

Ricardo Pagliuso Regatieri*
Leandro Santos Ferreira*

RESUMO

Iniciando-se pela apresentação de alguns elementos biográficos de Lélia Gonzalez, o artigo discute na sequência a emergência do feminismo negro e da interseccionalidade nos Estados Unidos e no Brasil. Num passo seguinte, mostramos como a abordagem interseccional de Gonzalez lhe permite elaborar uma teoria social crítica de largo alcance, que tematiza as contradições do capitalismo dependente brasileiro. Pioneira do feminismo negro global ao lado de autoras como Angela Davis e bell hooks, Gonzalez contribuiu, ao mesmo tempo, com análises fundamentais sobre a formação social brasileira no contexto do sistema mundial capitalista.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez; Teoria Social Crítica; Feminismo Negro; Capitalismo Brasileiro; Interseccionalidade

ABSTRACT

Beginning with the presentation of some elements of Lélia Gonzalez' biography, the article discusses in a second moment the emergence of Black feminism and intersectionality in the United States and in Brazil. In the next step, we show how Gonzalez' intersectional approach allows her to elaborate a long-range critical social theory which tackles the contradictions of Brazilian dependent capitalism. As a forerunner of global Back feminism alongside Angela Davis and bell hooks, Gonzalez contributed at the same time with fundamental analyzes about the constitution of Brazilian society within the context of the world-capitalist system.

Keywords: Lélia Gonzalez; Critical Social Theory; Black Feminism; Brazilian Capitalism; Intersectionality

* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS-UFBA). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) com período sanduíche na Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt. É professor adjunto do Departamento de Sociologia e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É um dos coordenadores do PERIFÉRICAS - Núcleo de Estudos em Teorias Sociais, Modernidades e Colonialidades, sediado na UFBA. E-mail: ricardopagliuso.ufba@gmail.com. ORCID ID: https://orcid.org/0000-0003-0625-8275

* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS-UFBA). Licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. E-mail: leandrosf369@gmail.com. ORCID ID: https://orcid.org/0000-0001-6976-9617

1. INTRODUÇÃO

A importância da contribuição de Lélia Gonzalez tem sido cada vez mais constatada na academia e entre movimentos sociais, reconhecendo-a como uma pioneira do feminismo negro global. Gonzalez ofereceu uma interpretação poderosa da situação da população negra brasileira, em particular das mulheres negras. Neste artigo, discutiremos algumas linhas de força da obra dessa autora que permitem caracterizá-la como uma teórica crítica do capitalismo brasileiro. O artigo está dividido em três partes.

A primeira aborda aspectos biográficos, discutindo a trajetória da autora e os desafios enfrentados por sua família, que vivia em condições econômicas precárias. A vida da autora tomou um novo rumo quando sua família se mudou para o Rio de Janeiro após seu irmão ingressar como jogador no Flamengo, o que permitiu a ela frequentar a universidade e abraçar sua identidade como mulher negra.

A segunda parte do artigo explora a noção de interseccionalidade, traçando paralelos entre os escritos de Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez. Embora haja convergências nos interesses dessas autoras, como a desmistificação da ideia de mulher universal, o movimento das mulheres negras tinha como objetivo compreender e destacar experiências sociais diversas.

A partir da discussão do modo como Gonzalez entrelaça os marcadores sociais de gênero, raça e classe, a última parte do artigo destaca sua crítica ao capitalismo dependente brasileiro. Para a autora, o racismo não era apenas um resquício da escravidão. Em sua visão, a construção ideológica racial perpetuava as desigualdades, principalmente as raciais. A partir dessa ideologia, surgia o processo de marginalização da população negra, resultando na exclusão em várias esferas, especialmente no mercado de trabalho. Em resumo, o racismo e o capitalismo se encontravam e se encontram profundamente interligados.

2. UMA PEQUENA BIOGRAFIA DE LÉLIA GONZALEZ

Lélia Gonzalez, nascida em 1935 em Belo Horizonte e falecida em 1994 no Rio de Janeiro, foi uma marcante figura intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Gonzalez não apenas se destacou como uma das pioneiras nos estudos sobre a Cultura Negra no Brasil, mas também foi cofundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Olodum. Ela se destacou não apenas no Brasil, mas em nível internacional, validando a importância de intelectuais negros em processos de

legitimação, como na luta pela redemocratização brasileira e pelo movimento negro e feminista que busca a equidade de raças, gênero e de justiça social (BARRETO, 2005).

Nascida em um contexto marcado pela pobreza, Lélia Gonzalez era a penúltima filha da faxineira Urcinda Seraphina de Almeida e do ferroviário Acácio Joaquim de Almeida. Após a morte prematura de Acácio, a família foi deixada sob a responsabilidade de Urcinda, que, juntamente com os filhos mais velhos, teve que cuidar dos mais jovens. No caso de Lélia, sua irmã mais velha se tornou responsável por sua criação (BARRETO, 2005). A família de Lélia mudou-se para o Rio de Janeiro e, ao chegar lá, inicialmente se estabeleceu no bairro do Leblon. Posteriormente, eles se mudaram para a favela Praia do Pinto, também no Leblon, uma comunidade que começou a se formar nos anos 1930 e que mais tarde se tornaria um alvo de políticas de remoção de favelas nos anos 1960 (VIANA, 2006).

A trajetória de Lélia Gonzalez é carregada de obstáculos e superações. O financiamento dos seus estudos por uma família italiana, para a qual sua mãe trabalhava, revelou-se fundamental para o seu desenvolvimento educacional (O Pasquim, 1986). Entretanto, a experiência escolar também trouxe para Gonzalez a dura realidade do racismo estrutural. Ela se deparou com a construção histórica pejorativa dos povos negros e indígenas, a qual denunciou como uma "lavagem cerebral racista" (BARRETO, 2005, p. 20). É importante ressaltar que, apesar desse contexto adverso, Lélia conseguiu se apropriar de instrumentos poderosos para a construção de seu pensamento crítico. Com a reforma da grade educacional efetuada pelo ministro Gustavo Capanema, a obrigatoriedade do ensino de francês, inglês e latim no ensino básico propiciou a Lélia um contato precoce com línguas estrangeiras, fator que veio a contribuir significativamente para a sua formação e trajetória profissional, já que posteriormente se tornou tradutora desses idiomas (RATT; RIOS, 2010). Com isso, Lélia obteve uma caminhada educacional muito bem elaborada:

> Fiz escola primária e passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque, na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra. E, claro, passei pelo ginásio, científico, esses baratos todos. (Gonzalez, 2020, p. 202)

O início da vida de Lélia Gonzalez foi marcado pela realidade comum a muitas crianças e adolescentes periféricas de sua época. A necessidade de trabalhar desde cedo, como babá, evidencia o cenário de vulnerabilidade socioeconômica e racial enfrentado por Gonzalez (BARRETO, 2005). Essa adversidade vivida é amplamente disseminada entre jovens negros e de comunidades periféricas, demonstrando uma estrutura societal marcada pela desigualdade racial e social. Além disso, Barreto (2005) ressalta a pressão exercida pelo padrão de embranquecimento na sociedade brasileira, o que

obriga indivíduos negros de destaque a adotarem comportamentos e tradições de pessoas brancas para obter ascensão social, uma condição vivenciada por Gonzalez.

Com o ingresso na academia, Gonzalez confrontou-se com a elitização e a exclusividade branca das universidades da época. Mesmo sem o auxílio de cotas raciais e diante de um cenário com pouquíssimos negros na área educacional, Gonzalez se destacou e conseguiu se formar em História, Geografia e, posteriormente, em Filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (BARRETO, 2005). Essa conquista demonstra a resiliência e determinação de Gonzalez para superar as barreiras raciais e sociais que limitavam a participação de pessoas negras na educação superior. No âmbito profissional, Gonzalez teve que lidar com as pressões de uma sociedade machista que valorizava as mulheres principalmente como mães e esposas (BASSANEZI, 2006). Embora incorporasse a influência do embranquecimento em sua estética e comportamento, ela enfrentava discriminação não só por ser mulher, mas também por ser negra (GONZALEZ, 2020). Gonzalez iniciou sua carreira docente em escolas secundárias e universidades de renome, ensinando principalmente História e Filosofia (VIANA, 2006). Suas conquistas acadêmicas e profissionais refletem sua dedicação, talento e capacidade de se comunicar de maneira eficaz e envolvente com os alunos. Além disso, ela também teve um papel importante na construção do feminismo negro, sendo considerada uma pioneira no campo e contribuindo significativamente para a discussão de gênero dentro do movimento negro (OLIVEIRA, 1997).

O casamento de Lélia com Luiz Carlos Gonzalez, um homem branco, na década de 1960, foi um ponto de mutação em sua vida e reflete as tensões raciais e sociais da época (PEREIRA; HOLLANDA, 1979). Naquela época, a mulher negra era frequentemente relegada ao papel de "concubina", refletindo a profunda hierarquia social e racial existente. No entanto, a união de Lélia e Luiz desafiou essas convenções, e a rejeição de seu casamento pela família de Luiz demonstrou o preconceito racial arraigado na sociedade brasileira. Mesmo sendo uma professora respeitada, Lélia foi vista como inadequada para o casamento por causa de sua cor de pele.

A experiência com o casamento e a reação da família de Luiz provocaram uma tomada de consciência em Lélia (PEREIRA; HOLLANDA, 1979). Através da discriminação e do preconceito que sofreu, ela percebeu a falsidade do discurso da "democracia racial" no Brasil e passou a questionar sua própria identidade. Seu marido também desempenhou um papel crucial nesse processo, apoiando-a e ajudando-a a confrontar seu "branqueamento" interno. A morte de Luiz, entretanto, foi um golpe traumático para Lélia. Apesar do intenso preconceito e da pressão familiar que levaram ao suicídio de Luiz, Lélia manteve seu sobrenome como uma homenagem a ele (Projeto Perfil - Lélia Gonzalez). Este gesto simbólico evidencia sua admiração e respeito por ele, bem como o impacto profundo que ele teve em sua vida e sua consciência política.

Após a morte de Luiz, Lélia passou por um processo de autorreflexão e começou a questionar a ideologia de branqueamento que havia internalizado (VIANNA, 2006). Ela rejeitou a "fantasia enganosa" da "falsa branca", que permitia aos negros acreditar que poderiam se distanciar das experiências de outros negros. Esse momento de sua vida marcou uma transformação radical em sua identidade e sua compreensão de si mesma como mulher negra. A morte de sua mãe em 1967 marcou outra perda significativa em sua vida. Urcinda foi uma grande fonte de inspiração para Lélia, que a admirava por ter criado seus filhos sozinha. Essas experiências de perda, tanto pessoal quanto familiar, provavelmente moldaram ainda mais a visão de Lélia sobre a opressão racial e de gênero, fortalecendo seu compromisso com a luta pela equidade racial e de gênero no Brasil.

Além disso, a trajetória política de Lélia é marcada por uma intensa dedicação aos movimentos sociais e políticos, incluindo sua participação na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua filiação ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Sua contribuição ao MNU, particularmente, evidencia seu compromisso com a luta contra a discriminação racial no Brasil. No entanto, esta atividade não ficou sem o escrutínio do estado. Durante o período de restrição à liberdade imposta pelo Ato Institucional Número 5 (AI5), ela e o MNU foram investigados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (BARRETO, 2005). Em particular, as reuniões que Lélia promovia em sua casa, onde amigos se reuniam para discussões filosóficas, foram objeto de investigação, com alegações de "recrutamento de adeptos à doutrina marxista" (VIANNA, p. 55, 2006). Tal escrutínio reforça a relevância de suas atividades, a natureza contestadora de seus encontros e o impacto que ela teve na luta pela equidade racial no Brasil.

Lélia ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT) em 1981, atraída por sua pluralidade, uma característica que ela admirava e enaltecia, considerando a falta de uma hierarquia autoritária dentro do partido uma postura política e corporal diferenciada (BARRETO, 2005). Em 1982, concorreu ao cargo de deputada federal, embora sem sucesso. Entretanto, mesmo dentro de um partido de esquerda, Lélia enfrentou duras críticas sobre sua adesão ao PT, sendo até mesmo tachada de hipócrita. Ela era plenamente consciente de suas limitações dentro do partido e na política. Apesar de representar minorias, o PT tinha um número reduzido de membros e candidatos negros, e por isso muitos consideraram hipócrita a posição de Lélia. Mas ela respondeu a essas críticas de forma simples e direta, vendo no PT um papel reeducador, apesar das dificuldades em trazer à tona questões como raça, gênero e sexualidade (GONZALEZ,1982b; BARRETO, 2005).

Lélia deixou o PT em 1986, insatisfeita com o partido e suas políticas, inclusive criticando publicamente o PT por sua negligência em relação à questão racial. Ela argumentou que a questão racial era um problema que precedia o sistema capitalista, e que as correntes progressistas minimizavam suas reivindicações de maneira inacreditável (PEREIRA; HOLLANDA, 1980). Após

sua saída do PT, Lélia ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT) pelas mãos de Darcy Ribeiro, e viu no PDT a chance de incluir a questão racial como uma das principais pautas do partido (VIANNA, 2003), tendo também sido candidata a deputada estadual pelo Rio de Janeiro por esse partido. Em 1990, após o fracasso na eleição, Lélia decidiu se retirar da política e se concentrar em sua carreira acadêmica, passando a escrever mais artigos, textos para blogs, e ingressando na academia como professora titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde eventualmente se tornou chefe do departamento. Assim, Lélia deixou um importante legado como militante política e como representante negra no meio acadêmico (GONZALEZ, 1978).

3. FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE

O movimento feminista dos anos 1980, especialmente nos Estados Unidos, foi diverso e variado. A necessidade de refletir sobre o movimento e os pensamentos feministas levou a um influxo de intelectuais e ativistas negras, como Angela Davis e bell hooks, que abordavam o feminismo a partir de suas experiências pessoais e sociais na sociedade norte-americana marcadamente racista. Elas focaram suas lutas no conceito de igualdade racial e de gênero, com Davis publicando seu influente livro *Raça, gênero e classe* em 1981 e hooks publicando *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo* no mesmo ano. As teorias de Davis e hooks são fundamentais para entender a intersecção entre raça, classe e gênero. Davis investiu grande parte de sua energia intelectual para desafiar as visões distorcidas sobre as mulheres negras, e em seu trabalho, abordando o entrecruzamento de três questões, que mais tarde seria conhecido como interseccionalidade: raça, classe e gênero. Seu livro *Mulheres, raça e classe*, consolidou suas teorias e aumentou sua influência em todo o mundo. A abordagem da interseccionalidade é tipicamente associada à produção intelectual do feminismo negro norte-americano, ainda que Lélia Gonzalez tenha, no Brasil, desenvolvido em paralelo uma perspectiva que sem sobra de dúvida deve ser considerada interseccional.

Historicamente, o movimento feminista teve uma relação difícil com as mulheres negras. Durante os anos 1960 e 1970, período de grande atividade pelos direitos civis, o movimento feminista norte-americano não atraiu as mulheres negras, chicanas e asiáticas revolucionárias (DAVIS, 2018). Em vez disso, foi orientado para as mulheres brancas de classe média. Davis foi crítica deste feminismo tradicional, branco, racista e não inclusivo. Ela argumentou que os conceitos de "essência feminina" e "mulher universal" eram problemáticos, afirmando que era importante para o feminismo se desvencilhar da noção de que havia uma qualidade universal chamada "mulher". Muitas mulheres negras, incluindo a própria Davis, inicialmente não se identificavam como feministas porque sentiam

que o feminismo não refletia suas realidades. Davis relata que levou muitos anos de envolvimento político antes que ela se sentisse confortável se identificando como feminista (BARRETO, 2005).

Angela Davis também abordou suas experiências negativas no ativismo, onde as desigualdades de gênero eram exacerbadas pelos estereótipos machistas. Tanto Davis quanto Gonzalez apontaram para as raízes patriarcais dessas desigualdades, que silenciavam as vozes das mulheres e lhes negavam representação adequada. Davis foi particularmente crítica da síndrome da masculinidade entre os homens negros revolucionários. Ela argumentou que eles muitas vezes confundiam a luta pelo poder negro com a luta pelo poder masculino, uma distinção que ela via como crucial para a libertação da comunidade negra (BARRETO, 2005). Em seu trabalho, Davis destacou a importância das mulheres negras na resistência ao sistema escravocrata, argumentando que elas eram as protagonistas de muitas das grandes rebeliões e ações da época. Ela também discutiu os abusos que as mulheres negras sofriam, como o estupro, usado pelos senhores como uma forma de rebaixá-las e animalizá-las.

Davis analisou a situação das mulheres negras na sociedade de sua época através de uma lente marxista. Ela usou o status da mulher como um indicador do nível de desenvolvimento social, argumentando que o envolvimento das mulheres negras nos movimentos sociais estava aumentando, e que aquelas que antes eram silenciadas agora eram algumas das vozes mais fortes. Davis argumentou que a luta revolucionária negra estava inextricavelmente ligada à igualdade de gênero, e que essa era uma medida crucial do progresso revolucionário (BARRETO, 2005). A questão da emancipação e da luta por igualdade nos EUA, discutida por Angela Davis, enfatiza um problema enraizado na sociedade: a subjugação e exploração das mulheres negras no mercado de trabalho. Em sua análise sobre as relações raciais e capitalismo no Brasil, Gonzalez aborda a marginalização e desumanização enfrentada pelas mulheres negras, que são relegadas a posições inferiores no mercado de trabalho (GONZALEZ, 1983). Esta realidade é um reflexo da sociedade capitalista e racista, que vê as mulheres negras como servas domésticas de homens brancos e ricos.

Além disso, Davis aprofunda o problema ao discutir a violência sexual sistemática que essas mulheres sofrem. Na hierarquia social, o corpo da mulher negra é visto como objeto de desejo para o homem branco e a punição para aquelas que se atrevem a desafiar o sistema é o estupro (DAVIS, 1981). Este ato de violência é um sintoma de uma sociedade patriarcal e racista que procura punir e controlar as mulheres negras. Em contraste com a impunidade dos homens brancos, os homens negros eram condenados à morte se estivessem envolvidos em relações inter-raciais com mulheres brancas, consideradas profanas naquela época (DAVIS, 1981). Esta injustiça racial mostra a extensão das desigualdades e da opressão que permeavam a sociedade norte-americana. Surpreendentemente, a violência sexual não era cometida apenas por homens brancos, mas também por homens negros.

Apesar disso, existiam movimentos que incentivavam as mulheres a não denunciar os abusos sofridos, como descrito pelo ministro do Partido dos Panteras Negras na época (BARRETO, 2005).

Davis, nos Estados Unidos, e Gonzalez, no Brasil, buscaram desmontar a ficção da universalidade da mulher, voltando sua atenção para as mulheres negras, muitas vezes marginalizadas e analfabetas (GONZALEZ, 1983). Encontros internacionais entre mulheres afro-americanas de diferentes países acabaram proporcionando um trânsito que se traduziu em uma rica troca de experiências. Especificamente, o contato entre Lélia Gonzalez e Angela Davis foi fundamental para aprofundar a compreensão das experiências das mulheres negras em diferentes contextos sociais e culturais (BARRETO, 2005). Ambas buscaram ampliar e aprimorar seus discursos, reconhecendo as diversidades de vivências entre as mulheres. É interessante observar que, embora vivendo em contextos distintos – Lélia enfrentando a ditadura no Brasil e Davis lutando pelos direitos civis nos EUA –, tanto suas preocupações como várias de suas conclusões são similares. Ambas estavam interessadas em analisar a situação das mulheres negras, reavaliar a experiência da escravidão, e promover a organização política (BARRETO, 2005). Nesse sentido, vale lembrar que ambas foram ativas politicamente: Lélia concorreu a cargos de deputada federal e estadual no Rio de Janeiro, enquanto Davis foi candidata à vice-presidência dos EUA pelo Partido Comunista (BARRETO, 2005). Apesar de seus esforços, ambas enfrentaram a resistência de uma sociedade racista e sexista.

A articulação das categorias de raça, classe e gênero realizada por Gonzalez se destaca como pioneira no feminismo negro global (OLIVEIRA, 2020) e sua contribuição tem sido fundamental para as novas gerações de feministas negras no Brasil e no exterior. Em seu artigo "Racismo e sexismo na cultura brasileira" (1984), Lélia Gonzalez estabelece um diálogo crítico em relação à aceitação generalizada do mito da democracia racial no Brasil. A autora questiona as bases desta aceitação, perguntando que processos poderiam ter contribuído para sua formação e disseminação. Essencialmente, Gonzalez levanta o véu das omissões que esse mito proporciona, questionando sua autenticidade e os impactos prejudiciais que ele pode ter na experiência de vida das mulheres negras (GONZALEZ, 1984). Em sua análise, Gonzalez identifica uma interseção do racismo e do sexismo no Brasil, argumentando que a relação dominante-dominado só pode ser completamente compreendida quando o racismo é visto não apenas como um problema racial, mas também como um sintoma da neurose cultural brasileira. Este ponto de vista, correlacionado com o sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra, um grupo social que é particularmente vulnerável às forças do racismo e sexismo. Este é um ponto de vista que demonstra a importância de considerar as experiências específicas de diferentes grupos sociais (GONZALEZ, 1984).

Influenciada por sua experiência como militante do Movimento Negro Unificado (MNU) e membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, Gonzalez argumenta

que a mulher negra é frequentemente enquadrada de três maneiras na sociedade brasileira: mulata, doméstica e mãe preta. Ela chama a atenção para a limitação dessas concepções, argumentando que elas representam uma visão simplista e unidimensional da mulher negra, que desconsidera as complexidades de suas experiências e identidades (GONZALEZ, 1984). Lançando mão da psicanálise, nomeadamente das teorias de Freud e Lacan, ela busca elucidar a lógica da dominação destacando a importância do discurso e da linguagem na manutenção e perpetuação das relações de poder (GONZALEZ, 1984).

A análise de Lélia Gonzalez (1984) acerca do papel da mulher negra durante o Carnaval brasileiro ilustra a mudança temporária de status social que esta experiência. De acordo com a autora, a mulher negra, que é habitualmente vista como uma doméstica ou ama de leite, torna-se uma figura divina e desejada durante o Carnaval, uma atualização do mito da democracia racial. A "Cinderela do asfalto" ou a "mulata deusa do meu samba" ganha destaque nas passarelas carnavalescas, porém, após a Quarta-Feira de Cinzas, retorna ao seu posto social habitual (GONZALEZ, 1984). A análise de DaMatta (1997) em *Carnavais, Malandros e Heróis* complementa e amplia o argumento de Gonzalez. DaMatta analisa o fetichismo e a veneração da mulher no Carnaval, destacando como as relações sociais e hierarquias são temporariamente invertidas durante este período. O autor apresenta a ideia da mulher no Carnaval como a virgem controlada pelos homens e como a prostituta que prioriza a sexualidade sobre a reprodução, ou seja, a mulher como um objeto sexual. Esta inversão de papéis tradicionais é destacada durante o Carnaval, e é a mulher que ocupa a rua, enquanto a virgem permanece em casa (DAMATTA, 1997). A mulher negra, seja como a doméstica ou a "mulata" carnavalesca, é situada dentro de uma hierarquia racializada e sexualizada que está em constante fluxo. A análise de Gonzalez identifica a escrava mucama, a jovem escrava negra de estimação escolhida para auxiliar nos serviços domésticos, como a precursora histórica desses papéis contemporâneos (GONZALEZ, 1984). Essa conexão entre passado e presente evidencia a persistência de estereótipos e desigualdades raciais.

A autora critica a omissão do movimento feminista no que diz respeito ao racismo. Ela argumenta que muitos movimentos feministas têm raízes na visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista, que hierarquiza as diferentes condições biológicas, como a raça e o gênero. Nesse sentido, o feminismo é acusado de perpetuar o racismo ao não considerar a interseccionalidade das opressões enfrentadas pelas mulheres negras (GONZALEZ, 1988). Conforme Gonzalez, as sociedades das antigas metrópoles colonizadoras são frequentemente idealizadas como "libertadoras e invejáveis" (Gonzalez, 1988), mesmo quando seu conhecimento e práticas podem ser questionáveis ou até prejudiciais. A autora chama a atenção para a realidade multirracial e pluricultural das sociedades latino-americanas, argumentando que há uma forte presença de contribuições de povos

negros na formação histórica dos países ibéricos e de suas colônias. No entanto, ela também aponta para uma estrutura histórica herdada pelos colonizados, que se baseia em classificações sociais raciais e sexuais para criar uma hierarquia social latente. O racismo latino-americano, de acordo com Gonzalez (1988), é sofisticado o suficiente para manter negros e indígenas em uma posição de subalternidade dentro das classes mais exploradas, devido à sua forma mais eficaz: a ideologia do embranquecimento. Essa ideologia, quando internalizada por pessoas de cor, gera um desejo de embranquecer e negar a própria raça e cultura.

4. CRÍTICA DO CAPITALISMO BRASILEIRO

A análise interseccional da sociedade brasileira levada a cabo por Lélia Gonzalez é ao mesmo tempo uma perspectiva crítica que lança luz sobre o funcionamento e as contradições do capitalismo brasileiro. Como mostraram Flavia Rios e Stefan Klein, a abordagem multicausal de Gonzalez ressalta a "articulação entre processos de exploração, de dominação e opressão" e a "interdependência dos sistemas capitalista, patriarcal e colonial" (2022, p. 828). Para Gonzalez, não é possível compreender as desigualdades que acometem o Brasil sem passar pela discussão do legado histórico deixado pela escravidão. Após a Abolição, os negros que antes eram escravizados passaram a ser relegados à margem da sociedade devido à política de imigração que incentivou a vinda de europeus para a nova nação e que, claro, "concentraram-se em regiões que, do ponto de vista político e econômico, detêm a hegemonia quanto à determinação dos destinos do país." (GONZALEZ, p.2, 1984). A autora analisa como a herança escravocrata acabou por influenciar no desenvolvimento e subdesenvolvimentos de algumas regiões, haja visto que a as regiões periféricas e menos desenvolvidas são as que possuem o maior contingente de pessoas negras do país. Para Gonzalez, o racismo não é apenas como um processo com raízes antigas, mas também uma construção ideológica que passou por transformações que acabaram perpetuando-o e reforçando-o após a abolição. Com a promulgação da abolição, ocorreu o processo de transição da mão de obra escrava para assalariada, mas restou uma população doravante livre que acabou se dedicando a atividades de subsistência (GONZALEZ, 1984). Por outro lado, com a libertação dos escravos em 1888, ocorreu o processo de marginalização da população livre, que acabou indo nas grandes cidades. Essa população acabou por começar a construir nas zonas mais distantes das cidades ou em zonas íngremes, encostas e fundos de vale, ou sejas, em regiões marginalizadas em que o poder público, o Estado mais especificamente, acabava por ignorar os problemas (GONZALEZ, 1984).

Para Gonzalez, a persistência de formas aparentemente "pré-capitalistas" como a escravidão não significava uma mera sobrevivência arcaica de um sistema de produção ultrapassado, que viria a

desaparecer progressivamente com o desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário: para Lélia, o capitalismo brasileiro dependente teria integrado, e tomado proveito, dessas formas aparentemente arcaicas de organização do trabalho. "O racismo, portanto, não está em descompasso com o capitalismo, mas é parte integrante dele; não é um atraso, mas uma tecnologia produtora de desigualdade, apropriada para a acumulação" (ARAÚJO, 2020, p. 5). Embora o sistema escravocrata tenha sido juridicamente extinto, o desenvolvimento nacional seguiu excluindo a população negra, tirando-a das senzalas e atirando-a nas áreas mais marginalizadas das grandes cidades.

> "O longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, relegou-nos à condição de setor mais oprimido explorado da população brasileira." (GONZALEZ, 1971, p. 84)

Segundo Lélia, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro possui características tais como:

> "1) a permanência de uma formação produtiva anterior à própria formação do capitalismo; 2) dependência econômica neocolonial (exportação de matéria prima para as metrópoles); 3) uma grande massa marginalizada (exército industrial de reserva), onde se concentra a população negra, que após a Abolição da Escravatura saiu do centro da produção econômica para a sua periferia." (GONZALEZ, 1984, p. 17)

Um exemplo utilizado por Lélia para demonstrar essa estrutura capitalista brasileira é o assim chamado milagre econômico brasileiro (1969-1973), que teve lugar no período ditatorial (1964-1985), em que o crescimento da economia beneficiou segmentos da sociedade como a classe média, representando uma inserção das mulheres brancas no mercado de trabalho, mas continuando a excluir a população negra, que se manteve nos trabalhos menos qualificados e mais mal remunerados. Em sua compreensão das intersecções entre capitalismo e racismo, Gonzalez chama atenção para esse privilégio que acaba beneficiando homens e mulheres brancos de diversas classes: os brancos, mesmo sem patrimônio, acabam sendo beneficiados pela exploração da mão de obra negra (GONZALEZ, 2020), uma vez que a população branca possui maior empregabilidade, enquanto os negros acabam sofrendo rejeição por parte de empresas que acabam colocando como critério "boa aparência", o qual, segundo Lélia, acaba significando: só aceitamos pessoas brancas. Além disso, as famílias negras acabam colocando seus filhos, mesmo sendo ainda crianças, no mercado de trabalho informal para que haja complementação da renda familiar.

Para realizar a análise do capitalismo brasileiro, Gonzalez retoma a discussão sobre o período escravocrata para demonstrar as transformações que o antigo sistema teve até ruir, em 1888. Mas, segundo Lélia, embora a escravidão tenha chegado ao fim, deixou grandes marcas na sociedade,

marcas essas que Gonzalez busca de maneira objetiva relatar, demonstrando como isso impacta a vida econômica e social das pessoas de cor na sociedade brasileira da segunda metade do século 20:

> "[...] o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se numa parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a reprodução da divisão racial (ou sexual) do trabalho, pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito." (HASENBALG e GONZALEZ, 1982, p. 57)

Gonzalez discute três frações do capital no Brasil: capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista, sendo o último, em sua grande maioria composta por imensas empresas multinacionais, hegemônico em relação aos demais. Deve-se destacar, no entanto, que os três tipos funcionam de maneira interdependente, mas que qualquer problema originado em algum deles pode ocasionar ou ameaçar a totalidade de todo o sistema, ou seja, um problema que ocorre em um pode levar à ruína do conjunto. Além disso, Gonzalez afirma que há "não somente um exército industrial de reserva, mas uma massa marginal crescente, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico (NUN, 1978; GONZALEZ, 1982). Gonzalez incorpora algumas reflexões desenvolvidas pelo sociólogo argentino José Nun (1978), nomeadamente no que diz respeito a seus conceitos de "superpopulação relativa", "exército industrial de reserva" e "massa marginal".

Tanto Lélia quando Nun entendem que a expansão das forças produtivas nas regionais periféricas do mundo, e eles tinham sobretudo em vista a América Latina, reproduzia e ampliava cada vez mais o problema do desenvolvimento desigual e combinado. Ambos concluem que a composição da massa marginal está articulada com a "dependência neocolonial e a manutenção de formas produtivas anteriores." (GONZALEZ, p. 55, 2020). Gonzalez aponta que a inserção inicial do Brasil na divisão interacional do trabalho não se faz a partir de uma economia robusta e, em sua fase pós-colonial, o país continua a ser, como o era no período colonial, principalmente um fornecedor de commodities agrícolas e alguns outros materiais brutos. A ausência de uma infraestrutura industrial bem desenvolvida o coloca na situação de dependência, ficando, assim, à mercê das principais economias mundiais.

Gonzalez afirma que a hegemonia do capital industrial monopolista articula o desenvolvimento desigual, combinado e dependente com a exclusão da população negra. A partir dessa questão, retoma a ideia da funcionalidade da superpopulação relativa afirmando que "grande parte dela se torna supérflua e passa a constituir uma 'massa marginal' em face do processo de acumulação hegemônico representado pelas grandes empresas monopolistas" (GONZALEZ, p. 57, 2020). Questões relacionadas ao desemprego a ao subemprego incidem exatamente sobre essa população, de forma que "[...] o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que, no caso

brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, "coincidentemente", pertencem exatamente às mulheres e à população negra." (GONZALEZ, 2020, p. 57).

Lélia destaca a composição contingencial do mercado de trabalho do capital monopolista, que se constitui como massa marginal:

> a) parte da mão de obra ocupada pelo capital industrial competitivo
> b) maioria dos trabalhadores que buscam refúgio em atividades terciárias de baixa remuneração;
> c) maioria dos desocupados;
> d) totalidade da foça de trabalho que, de maneira mediata ou imediata, está submetida ao capital comercial." (GONZALEZ, 2020, p. 27)

Além disso, a socióloga se debruça sobre a análise do "colonialismo interno" que existe no Brasil, em outras palavras, a dependência de uma região perante outra. Gonzalez pontua esse problema afirmando que a região sudeste não permite que a região mais negra e pobre do Brasil (Nordeste) se desenvolva. A exemplo disso, alude à crítica que Nun faz à burguesia paulista no Governo Goulart: as campanhas de alfabetização da Região Nordeste acabaram ameaçando a burguesia paulista na medida que havia um custo econômico muito elevado para o desenvolvimento nordestino, além da ameaça política, uma vez que o Nordeste poderia amenizar a influência paulista, seja na política ou economia (GONZALEZ, 2020).

A autora chama ainda a atenção para as condições em que a população jovem negra vivia, visto que, na década de 1970, a maior parte da sociedade brasileira era composta por pessoas negras menores de 21 anos, que se encontrava em situação de desemprego ou de subemprego. Sem contar os quase 16 milhões de jovens negros entregues à própria sorte na vida, tendo como único destino a bandidagem e a morte, sendo popularmente conhecidos como "pivetes, trombadinhas, moleques e afins, e suas idade variando de 11 a 17 anos" (GONZALEZ, 2020, p.41). E tudo isso acontecendo na nação cuja economia estava na oitava posição no ranking mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI). Gonzalez trata da questão da juventude negra e do desemprego e subemprego sob o prisma do privilégio racial que o branco acaba tendo sobre os negros, visto que os preenchimentos de posições de trabalho e afins acabam por dar recompensas materiais ou simbólicas aos brancos, sendo os negros excluídos desses preenchimentos de vagas, mesmo possuindo a mesma capacitação. Trata-se aqui do racismo estrutural da sociedade brasileira:

> "O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações "refúgio" em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada, etc.... Ora, tudo isto implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc." (GONZALEZ, 2020, p. 79)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apontar como Lélia Gonzalez lança mão de uma perspectiva interseccional o entendimento das desigualdades existentes na sociedade brasileira: sociais, raciais e de gênero. De forma análoga a suas colegas norte-americanas, a abordagem interseccional de Gonzalez evidencia a intrínseca ligação entre as múltiplas opressões vividas pela população negra, sobretudo pelas mulheres negras. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, a reprodução no período pós-colonial de assimetrias originalmente estabelecidas pela escravidão ensejou, de forma paralela e conectada, a produção de um feminismo negro interseccional.

Lélia Gonzalez ofereceu uma fértil perspectiva para compreender a formação contraditória do capitalismo dependente brasileiro. Sua crítica interseccional lança luz sobre uma lógica de exploração que tem o racismo estrutural e o sexismo como mecanismos centrais. De sua obra, depreende-se uma sociedade governada por um sistema hierárquico de raízes coloniais, que posiciona a população negra, sobretudo a mulher negra, na base da pirâmide social, colocando assim os negros como subalternos na estrutura e nas relações de poder. Sua abordagem interseccional lhe permitiu elaborar uma teoria social crítica de largo alcance, que tematiza as contradições do capitalismo dependente brasileiro. Pioneira do feminismo negro global ao lado de autoras como Angela Davis e bell hooks, Gonzalez contribuiu, ao mesmo tempo, com análises fundamentais sobre a formação social brasileira no contexto do sistema mundial capitalista.

A teoria social crítica de Gonzalez nos leva a refletir, por um lado, sobre a utilização não refletida ou não problematizada de modelos eurocêntricos nas Ciências Sociais, que muitas vezes mais mascaram do que ajudam a revelar as contradições que seus textos analisam. Convida-nos ainda, por outro lado, a aprofundar a investigação comparativa entre o feminismo negro brasileiro e norte-americano, tendo em vista as similaridades e diferenças entre a formação social e a situação da população negra no Brasil e nos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Barbara. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. *Jacobin Brasil*, Rio de Janeiro, 2020. Acesso em: 22 de abril de 2023. Disponível em: https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/

BARRETO, Raquel. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça*: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Dissertação (Mestrado em História social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (org.). *O lugar da mulher*: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. 1. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982a, p. 87-104.

_____. De Palmares às escolas de samba, estamos aí. *Mulherio***,** São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., p. 3, 1982b.

_____; HASENBALG, Carlos (Orgs.). *Lugar de Negro*.1 ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje,* Anpocs, São Paulo, p. 223-244, 1984. Disponível em: edisciplinas.usp.br/ pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L %C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf

_____. Mulher negra. Afrodiáspora, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6/7, p. 94-104, 1985.

_____. Festas populares no Brasil. Rio de Janeiro. *Afrodiáspora*, 1987a.

_____. O terror nosso de cada dia. *Raça & Classe.* Brasília, ano 1, n. 2, p. 8, de 1987b.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 92/93, p. 69-82, 1988a. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf.

_____. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *Raça e Classe,* Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988b.

_____. As amefricanas do Brasil e sua militância. *Maioria Falante*. vol. 7, p. 5, mai./jun. 1988c.

_____. Nanny. *Revista Humanidades***.** Brasília. v. 17, ano IV. Brasília, Universidade de Brasília, p. 23-25, 1988d.

_____. Jornal do MNU**,** São Paulo, n. 9, p. 8-9, 1991. Disponível em: https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/6204/lelia-gonzalez--uma-mulher-deluta

_____. *Lélia Gonzalez*: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

_____. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*: Ensaios, Intervenções e Diálogos.1. ed. rev. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp, 2020.

PEREIRA, Carlos Alberto M.; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Patrulhas ideológicas.* 1ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIOS, Flavia; Klein, Stefan. Lélia Gonzalez, uma teórica do social. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 37, n. 3. p. 809-833, 2022.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. *Lélia Gonzalez*. 1ed. São Paulo: Selo Negro, 2016.

VIANA, Elizabeth. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais*: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990. Dissertação (Mestrado em História social) - – IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Licença e Direitos:

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.